

EDUCAÇÃO SEXISTA: REFLEXÕES ACERCA DOS PAPÉIS SOCIAIS DE GÊNERO NA ESCOLA

Daniela Alves Maciel; Willyan Ramon de Souza Pacheco

Universidade Federal de Campina Grande – danielaalvesmaciel@outlook.com.br
Universidade Federal de Campina Grande – pachecowillyan8@gmail.com

Resumo:

Pensar o lugar da mulher nos âmbitos sociais, políticos e educacionais faz-se necessário para compreendermos a dimensão ideológica de práticas sexistas que são reproduzidas e reafirmadas cotidianamente nos múltiplos espaços, especialmente, na escola. O sistema patriarcal de ensino é expresso rotineiramente através da linguagem escrita e oral, estando explícita, principalmente, nos livros didáticos, referenciando práticas e sustentando o modo tradicional de conduzir o processo de escolarização a partir de concepções hegemônicas e discriminatórias. Com isso, objetivamos neste trabalho apresentar reflexões acerca do sexismo no contexto educacional, destacando a influência dos livros didáticos e da linguagem no processo de reprodução e reafirmação da divisão social de gênero, enfatizando, também, as especificidades da formação profissional docente e do sistema organizacional do currículo escolar, na perspectiva de contribuir para uma formação inclusiva, integral e não discriminatória. Para isso, utilizamos como metodologia de estudo a pesquisa bibliográfica, tendo em vista a possibilidade de explorar estudos e pesquisas já publicadas para subsidiar as discussões apresentada. Tendo em vista o processo de reprodução e reafirmação da divisão social de gênero nos espaços escolares, podemos buscar reconfigurar o processo educativo a partir de uma perspectiva significativa e inclusiva que ressignifique as representações de feminino e masculino nos diversos âmbitos sociais.

Palavras-chave: Sexismo, Educação, Inclusão.

Introdução

Resultados de diversos estudos e pesquisas divulgados nas últimas décadas tem evidenciado o número crescente entre a presença feminina e masculina em espaços sociais específicos, estando os homens ocupando os melhores cargos e sendo mais bem remunerados por exercer a mesma função que as mulheres. Essas práticas demonstram o resultado de um processo de construção ideológica que se concebe desde cedo, sendo reproduzido pela família e pela escola através de linguagens e instrumentos que reforçam a divisão social de gênero e, conseqüentemente, constitui o sexismo.

As ações direcionadas, os discursos discriminatórios e uma educação intrinsecamente sexista constituem o alicerce de reprodução de ordem, reafirmando o preconceito e a subserviência historicamente atribuída enquanto especificidade feminina, reconfigurando os espaços e os limites colocados para designar um padrão de ser e comportar-se mulher. A divisão social de gênero se estabelece na medida em que essas desigualdades são reafirmadas por espaços institucionais, como a escola, configurando uma ideologia que se sustenta na superioridade masculina e na delimitação do espaço feminino.

A escola, nesse processo de construção ideológica, assume sua função técnica de reproduzir uma cultura machista que se evidencia nos livros, nos discursos e nas posturas dos profissionais que definem comportamentos e elementos que caracterizariam o gênero, homogeneizando identidades e legitimando as desigualdades ocasionadas em decorrência de ações excludentes e segregadoras nas divisões entre masculino e feminino.

Nessa acepção, objetivamos apresentar neste trabalho reflexões acerca do sexismo no contexto educacional, destacando a influência dos livros didáticos e da linguagem no processo de reprodução e reafirmação da divisão social de gênero, enfatizando, também, as especificidades da formação profissional docente e do sistema organizacional do currículo escolar, na perspectiva de contribuir para uma formação inclusiva, integral e não discriminatória.

No sentido de organização sistemática, o trabalho está estruturado em dois principais tópicos, sendo destacado, inicialmente, os aspectos da Educação Infantil e do contexto familiar na reprodução de práticas sexistas e, em seguida, apresentando a influência da escola, dos livros e da formação docente no processo de reafirmação da desigualdade de gênero, em contraste é apresentado as possibilidades formativas de inclusão e reorientação de práticas e discursos no sentido de contribuir para uma educação pautada na igualdade de gênero.

Metodologia

Para a materialização do presente trabalho adotamos como metodologia a pesquisa bibliográfica, seguindo os apontamentos de Gil (2002) e Severino (2007), no sentido de levantar os materiais disponíveis já publicados para subsidiar as discussões e apontamentos destacados no desenvolvimento do estudo. Como critério de levantamento bibliográfico, centramos nossas pesquisas nos temas: Educação sexista, Igualdade de gênero e Inclusão escolar.

Educação infantil e a reprodução da desigualdade de gênero

A educação infantil consiste em um dos primeiros espaços formais de socialização e interação entre meninos e meninas, espaço este constituído e nortado de valores e regras preestabelecidas que direcionam as/aos educandas/os condutas definidas como adequadas ou não sobre seus modos de comportar-se, delineadas pelo sexo e distinguidas aos grupos femininos e masculinos, sendo apreendidas por elas/es de forma naturalizada. A escola, de modo geral, delimita os espaços que distingue o que cada um pode ou deve fazer, separando

assim, fazeres femininos e fazeres masculinos, fortalecendo e reproduzindo estereótipos de gênero, configurando-se numa educação sexista.

Oportunizar discussões que problematizem as divisões sociais de gênero e evidenciem a ideologia que sustenta práticas sexistas, torna-se necessário para compreender os motivos pelos quais as discriminações se acentuam nos espaços escolares e, conseqüentemente, nas esferas sociais. Assim, possibilitar uma abordagem no cerne das questões de gênero no contexto educacional, especialmente na educação infantil, é relevante para que possamos desconstruir concepções hegemônicas que se materializam desde cedo no imaginário de meninos e meninas, tendo em vista que a própria compreensão de gênero surge para

[...] diferenciar feminino de masculino, pois, o sexo é uma categoria biológica insuficiente para explicar os papéis sociais atribuídos ao homem e à mulher. Como construção social do sexo, gênero foi (e continua sendo) usado, então, por algumas estudiosas, como um conceito que se opunha a – ou complementava a – noção de sexo e pretendia referir-se aos comportamentos, atitudes ou traços de personalidade que a cultura inscrevia sobre o corpo sexuado. (MEYER, 2003, p.15).

O espaço educacional, principalmente na educação infantil, é fundamental para a desconstrução da reprodução de papéis sociais de gênero, ao modo que, configura-se nesse espaço a mediação intencional por parte das/os docentes no processo de desenvolvimento de identidades das/os discentes. A educação infantil, nesse aspecto, orienta e estimula diferentes habilidades, sendo elas, cognitivas, motoras, sociais e atitudinais, que influenciam no desenvolvimento de competências que serão úteis nas relações escolares e sociais do indivíduo. Nessa acepção, a educação infantil seria a principal ferramenta, tanto para reforçar quanto para desconstruir os papéis de gênero constituídos pela ideologia machista que exclui a presença da mulher nos espaços de poder.

A divisão social de gênero é constituída a partir de fatores histórico-culturais que se configuram historicamente e se reproduzem culturalmente de geração para geração, de indivíduo para indivíduo, naturalizando o gênero como elemento biológico determinante para o comportamento do sujeito, o que atribui um papel diferenciado para homens e para mulheres. Essa visão patriarcal por muito tempo privilegiou exclusivamente a figura masculina, o colocando como identidade ideológica superior à figura feminina, algumas conquistas ocorreram no âmbito da representatividade, mas muito ainda há para problematizar no contexto de reivindicação educacional na perspectiva de inclusão e igualdade social, política e educacional.

Na escola, observamos alguns gestos e práticas de comportamentos, hábitos e características de meninos e meninas que são reforçadas sutilmente no cotidiano da educação infantil, ou seja, meninos e meninas desenvolvem características masculinas e femininas por serem induzidos a reproduzir um padrão de comportamentos que são tidos como biológicos de cada sexo. Essas divisões de gênero são fortalecidas pelas instituições de ensino, muitas vezes de forma não intencional, apenas por reproduzir preconceitos firmados nas relações sociais e principalmente familiares, na qual,

A sociedade cria, legítima e mantém papéis sociais identificados com os sexos e os veste feitos camisas-de-força nas crianças desde muito cedo. As crianças não são acolhidas pelo que elas são, mas pelo que a sociedade adulta quer que elas sejam. Daí o aprendizado sexista, desde cedo. Menino anda com o pai, joga com o professor e associa-se a grupos de meninos. Menina vive com a mãe, brinca com a professora e convive com meninas. Menino é conquistador. Menina é chorona. Menino pega peso. Menina lava prato. Menino tem carrinho. Menina ganha boneca. Bota é para menino. Menina usa sandália. Brinco e cabelo comprido são para ela. Eles usam cabelo curto e usam armas para brincar. Aí está: chegamos à raiz da violência, monopólio do homem, que vitimiza a ambos. (PERCÍLIA, p. 1, 2018).

A família patriarcal reforça o machismo desde a infância, educando a menina e o menino de formas diferentes, com conceitos e posturas específicas. O menino desde cedo é ensinado a exibir seu sexo, gostar dele e ostentá-lo orgulhosamente, já a menina, por outro lado, é ensinada a esconder seu sexo, abriga-lo e mantê-lo misterioso de forma que não tenha uma relação afetiva com sua identidade sexual (JAKIMIU, 2011). Essa forma de reprodução da desigualdade social de gênero reflete significativamente o modelo educacional vigente.

Desse modo, podemos evidenciar práticas sexistas desde as creches e pré-escolas brasileiras, onde é exercido um poder sobre os comportamentos e sobre as brincadeiras das crianças, no qual as diferenças entre meninas e meninos são colocadas de forma sutil, sobre o modo de agir e comportar-se. Assim, os estereótipos de gênero presentes no âmago das instituições escolares é uma forma discriminatória de impor padrões e reproduzir imagens e comportamentos que segregam aqueles que não se encaixam no modelo estabelecido pela sociedade. Na perspectiva de desconstruir esses paradigmas ideológicos, Cáceres (2011, p. 29) ressalta:

Tratar as questões de sexualidade e gênero dentro do espaço escolar requer quebra de paradigmas muitas vezes internos, pois nos deparamos com situações que envolvem desde nossa criação, o que recebemos de nossos pais, nossas concepções em relação à religião, credo, entre outros. Sabemos que como educadores também temos nossa identidade, mas precisamos nos

pautar na concepção de que somos mediadores do conhecimento das crianças, quebrando “tabus”, muitas vezes internalizados em nós mesmos.

É nessa relação harmoniosa entre instituição de ensino, educadores e educandos que o protagonismo da criança ganha destaque e que a potencialidade do convívio, em suas diversas formas de relações, pode propiciar repensar e reformular as questões acerca da divisão de gênero, proporcionando incluir os sujeitos sem limitá-los ou segregá-los aos padrões de gênero. Uma formatação com espaços, tempos, organizações e práticas inclusivas construídas no seio das intensas relações entre crianças e adultos.

Destarte, seria de grande valia que as/os educadoras/es juntamente com a instituição escolar problematizassem as discussões de reprodução, discriminação e divisão de gêneros nos meios educacionais e sociais, como, também, reverem suas próprias práticas de ensino e conceitos a respeito das questões de gênero para que visões sexistas sejam desconstruídas e a escola não as fortaleça, propiciando as/os educandas/os ampliem sua visão sobre o tema, mesmo que, por muitas vezes, estes venham com o preconceito arraigado de casa. A educação infantil, tendo em vistas os pontos e discussões elencadas, é de suma importância no processo de igualdade de gênero, ao modo que são estimulados, a partir dela, dimensões fundamentais para a mobilização de uma formação sustentada nos valores éticos, políticos e morais.

Currículo e formação docente: pensando uma educação inclusiva

No âmbito educacional, observamos a cultura sexista sendo reproduzida nas diversas manifestações imbuídas de valores e discursos segregadores, alimentando uma concepção machista hegemônica que inferioriza com estereótipos a figura feminina e sua representação nos espaços sociais. A linguagem surge no contexto educacional enquanto uma ferramenta que normaliza a divisão de gênero, atribuindo símbolos e significados fixos para objetos ou práticas específicas que caracterizam meninos e meninas.

As definições sustentadas em um discurso de ordem que, ao mesmo tempo em que sustenta a divisão dos papéis sociais de gênero, representa uma ideologia hegemônica que superioriza a figura masculina, estão intrinsecamente sendo reproduzidas a partir de falas como: rosa para meninas, azul para meninos, fileiras de meninos e meninas, grupos de estudos de meninas, entre outros (SILVA; SILVA; SANTOS, 2009). Podemos, também, observar essas manifestações sexistas quando analisamos a própria flexibilização de gênero nas falas, sendo homogeneizado os discursos ao direcionar a linguagem, na maioria das vezes, para o gênero masculino, mesmo quando a maioria das pessoas presentes é do sexo feminino.

A língua, nesse sentido, é um reflexo da sociedade, dos valores históricos, da cultura e das relações sociais. Sendo assim, a linguagem é capaz de transmitir e reforçar os estereótipos e papéis considerados convenientes para homens e mulheres diante a convivência social, ou seja, “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2001, p. 10). Dessa maneira, podemos observar que através da linguagem é possível instaurar um patamar de dominação, com a naturalização do sexismo na fala de professoras e professores, reforçando as relações de poder, reafirmando o autoritarismo patriarcal inerente ao papel masculino privilegiado e excluindo as contribuições femininas do próprio processo educativo.

É preciso, portanto, que possamos nos direcionar a pensar estratégias que minimizem essas concepções, que possam de alguma maneira apresentar possibilidades formativas no âmbito do processo de ensino-aprendizagem, conduzindo a/o educanda/o a reflexões necessárias para uma ressignificação de suas compreensões. Uma alternativa seria adotarmos a literatura feminina, tendo em vista a vasta bibliografia que poderá enriquecer discussões e apresentar outras perspectivas de compreender problemáticas e contextos.

Ao Incluir as mulheres nos contextos educativos, estamos subjetivamente defendendo uma abordagem de linguagem não discriminatória, ao deixarmos de naturalizar os estereótipos contidos em textos e em nós mesmos. A linguagem é uma manifestação social humana que favorece as comunicações, as reproduções, os discursos que sustentam uma ideologia, a função da escola é lutar para que essa educação seja inclusiva e não excludente.

No entanto, podemos evidenciar a reprodução da linguagem sexista em aparelhos de ordem que dificultam esse processo educativo de libertação, de conscientização, sabendo que essa conquista se efetiva coletivamente através da comunhão, na dialogicidade (FREIRE, 2017). Na ausência dessa tomada de consciência somos conduzimos a continuar reproduzindo e reafirmando as divisões sociais de gênero, sobretudo quando utilizamos o masculino como expressão de gênero neutra, anulando a participação feminina.

Além da oralidade, observamos a naturalização dessas questões nos livros didáticos, quando meninos e meninas são colocados dentro de uma lógica machista que atribui as funções sociais de cada um. Muitas críticas se tem feito em relação a isso. Os livros didáticos e paradidáticos acabam por influenciar práticas e concepções sexistas, ações que tanto constituirão uma compreensão social de gênero nos educandos, quanto conduzirão docentes a reafirmar essas divisões e naturalizá-las. Quando Joãozinho é visto como menino que compra bola, solta pipa, sai com o pai e Maria como a figura que vai ao supermercado, faz comidinha,

lava roupa e brinca de boneca, estamos diante de uma ideologia que aceita, afirma e reproduz a imagem feminina aquém dos papéis sociais dos meninos. Como afirma Louro (1997, p. 70):

Os livros didáticos e paradidáticos, têm sido objeto de várias investigações que neles examinam as representações dos gêneros, dos grupos étnicos, das classes sociais. Muitas dessas análises têm apontado para a concepção de dois mundos distintos. (um mundo público masculino e um mundo doméstico feminino), ou para a indicação de atividades “características” de homens e atividades de mulheres. [...] A separação de meninas e meninos é, então, muitas vezes estimulada pelas atividades escolares, que divide grupos de estudos ou que propõe competições [...].

Estamos diante de uma problemática que se institucionaliza no espaço escolar e precisa ser reconfigurada a partir de uma lógica inclusiva que possibilite apresentar a discussão de gênero, as representações de mulher e os estereótipos relacionados a figura feminina no cerne das questões políticas, ideológicas e formativas, que torne possível uma discussão que favoreça a minimização dos preconceitos e da discriminação firmada desde os anos iniciais na educação.

No entanto, sabendo que os livros e os materiais disponíveis nas escolas geralmente reforçam o sexismo, podemos visualizar a autoformação docente enquanto alternativa que pode viabilizar uma discussão inclusiva. Tendo em vista que a maioria das/os profissionais não conhecem, não dominam e/ou não tiveram formação direcionada para trabalhar com as questões de gênero, resultando em um ciclo vicioso de reprodução da submissão feminina, “a ausência de fundamentos científicos leva os professores a recorrerem aos seus próprios valores que, segundo eles, são permeados por uma formação conservadora e tradicional, o que dificulta a compreensão e as ações de intervenção” (NOVENA, 2011, p. 123). Nesse sentido, a formação direcionada é substituída por uma concepção pessoal, intrinsecamente relacionada aos aspectos sociais, históricos e culturais, que endossam práticas discriminatórias, uma vez que a/o profissional da educação não reconhece a relevância de buscar práticas que mobilize essas discussões.

Na ausência de uma formação que oportunize as relações sociais de gêneros, as representações de menino e menina, de concepções inclusivas e não discriminatórias, as/os professoras/es adotam como pressuposto de justiça e perspectiva social de delimitação de funções masculinas e femininas a sua própria compreensão de mundo, de normatividade e igualdade, reduzindo uma proposta não-sexista a contínua função de agregar significados a partir de sua ótica pessoal, social e cultural que se reduz a atribuir papéis específicos para meninas, descaracterizando a função da escola que é formar o sujeito em sua integralidade. Como acrescenta Louro, Felipe e Goellner (2003, p. 34):

As professoras, freqüentemente, acabam se tornando “vigilantes” da possível orientação sexual das crianças. A preocupação com os meninos parece ser ainda maior quando eles brincam de bonecas ou mesmo quando brincam em demasia com as meninas. Estar com o sexo feminino parece denegrir a imagem masculina hegemônica. Dessa forma, meninos aprendem desde cedo, que a companhia das meninas pode ser algo que os inferioriza, desvalorizando-os socialmente. Em muitos casos, as escolas acabam por reforçar essa separação, na medida em que propõem atividades diferenciadas para ambos (ballet para elas, judô para eles, por exemplo), além de estabelecer dinâmicas de trabalho baseadas em disputas que estimulem uma maior integração e cooperação entre crianças dos dois sexos, acabam por rivalizá-las ainda mais. Assim meninos e meninas seguem suas vidas aprendendo que devem estar em mundos separados, que suas experiências não devem ser compartilhadas com o que consideram sexo oposto.

Pensar estratégias que possam superar essa realidade tem sido um desafio justamente pelos múltiplos dilemas que a educação em sua totalidade tem sofrido. As/os profissionais da educação não podem, sem formação, material e investimentos, redirecionar uma postura intrínseca na história e na cultura das/os educandas/os, sabendo que cada um apresenta uma bagagem sociocultural que, por vezes, dificulta uma mediação pautada na igualdade.

Transformar essas relações não pode ser compreendido apenas enquanto uma metodologia ou técnica de ensino que pode ser colocada em prática em contextos diversos. É preciso entender o caráter essencialmente político dessa abordagem, da dimensão formativa que desconstrói concepções hegemônicas e problematiza os motivos pelos quais a figura feminina é historicamente negativada pela sociedade patriarcal. Essa ação vai muito além de “juntar meninos e meninas nos trabalhos escolares ou dar o mesmo presente a meninos e meninas no dia das crianças” (ALBERNAZ e LONGHI, 2009 p. 89). Essa prática se constitui para além de uma mudança racional, é um movimento que traz à luz discussões afetivas, relações familiares, estruturas institucionais.

Com isso, é notória a relevância de defender uma educação compromissada com a ressignificação dos papéis sociais de gênero, com as relações de ordem, de poder, com a reconfiguração de discursos que inferiorizam a mulher, de linguagens escritas ou expressas que caracterizam a virilidade masculina e a subserviência feminina. O processo educativo deve privilegiar uma discussão fundada no respeito, na luta contra as desigualdades sociais, políticas e educacionais. É necessário que possamos, através de um processo árduo de tomada de consciência, de esclarecimento e autoformação reconhecer a relevância de discussões centradas nas questões de gênero enquanto pauta fundada na democratização de uma sociedade minimamente justa e humana, que conduza a/o educanda/o a desenvolver suas potencialidade nos limites da coletividade e na igualdade de gênero.

Considerações finais

Na perspectiva formativa, que compreende a necessidade de oportunizar o desenvolvimento de uma sociedade democrática, justa, livre de preconceitos e discriminação, as discussões relacionadas as divisões sociais de gênero e, sobretudo, a desconstrução hegemônica da figura subserviente de mulher, através de uma prática educativa que compreenda a relevância de adotar uma concepção libertadora e conscientizadora, deve ser entendida como pressuposto basilar que, sustentado na igualdade de gênero, propõem problematizar questões políticas, históricas e culturais que sustentam concepções machistas e patriarcais, superiorizando as manifestações masculinas e estereotipando as femininas.

Na educação infantil, podemos oportunizar o desenvolvimento de uma dimensão colaborativa a partir da adoção de ferramentas metodológicas que insiram essas discussões objetivando apresentar modos alternativos de visualizar a mulher a partir de uma ótica inclusiva, que não só viabilize a exploração da literatura feminina, mas, também, possibilite discutir a relevância humana-crítica-formativa de trabalhar atividades sustentadas numa lógica multicultural que insira, nos principais âmbitos, pautas relacionadas aos diversos contextos sociais e culturais onde a representação feminina é evidenciada.

A representação de mulher, assim como as funções relacionadas ao gênero feminino, expressa em livros didáticos, paradidáticos, músicas, através da linguagem oral e escrita, traduzem uma organização político-social que direciona práticas que reproduzem o atual contexto em que estamos inseridos, onde a mulher é menosprezada, sendo caracterizada enquanto sexo frágil. Nesse sentido, a mediação docente se insere enquanto prática potencialmente capaz de ressignificar essas concepções ideológicas sexistas, sendo relevante para a desconstrução de posturas e atitudes que reproduzem e reforçam estereótipos sociais discriminatórios.

Portanto, torna-se imprescindível considerar a relevância de evidenciar as manifestações sexistas que estão expostas nas diversas relações sociais que se estabelecem nos espaços educacionais, considerando a escola enquanto instituição que promove a reprodução ideológica de um pensamento excludente, objetivando desconstruir concepções e atitudes enraizadas na cultura patriarcal que se reproduz diariamente através de linguagens, instrumentos e elementos sociais, políticos e ideológicos. Assim, devemos compreender o processo educativo enquanto possibilidade significativa de reconfigurarmos os modos hegemônicos que minimizam e negativam a singularidade de cada sujeito.

Referências

- ALBERNAZ, L. S.; LONGHI, M. Para compreender gênero: uma ponte para relações igualitárias entre homens e mulheres. In: SCOTT, P.; LEWIS, L.; QUADROS, M. T. **Gênero, diversidade e desigualdades na Educação: interpretações e reflexões para a formação docente**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2009, p. 75-95.
- CÁCERES, G. M. Educação, sexualidade e gênero na educação infantil: uma articulação possível e necessária. **Diálogos Educ. R.**, n. 2, v. 2, nov. Campo Grande, 2011.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2001.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 64. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- JAKIMIU, V. C. L. **A construção dos papéis de gênero no ambiente escolar e suas implicações na constituição das identidades masculinas e femininas: uma dinâmica de relação de poder**. In: X Congresso Nacional de Educação, EDUCERE. Curitiba, 2011. p. 3550-3565. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5289_2773.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2018.
- LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- MEYER, E. D. Gênero e Educação: teoria e política. In: LOURO, L. G.; NECKEL, F. J.; GOELLNER, V. S. (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 9-27.
- MORAES, M. **A linguagem inclusiva de gênero é uma ferramenta a favor de todos**. Disponível em: <<http://nossacausa.com/linguagem-inclusiva-de-genero-e-uma-ferramenta-favor-de-todos/>>. Acesso em: 21 jun. 2017.
- NOVENA, N. P. **A sexualidade na organização escolar: narrativas do Silêncio**. Recife PE: EDUPE, 2011.
- PERCÍLIA, E. Por uma educação não-sexista. **Brasil Escola**. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/educacao/por-uma-educacao-naosexista.htm>>. Acesso em 01 de agosto de 2018.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.
- SILVA, A. F. S.; SILVA, D.; SANTOS, I. A. **Por uma educação não sexista**. Rio de Janeiro: CAMTRA, 2009.